



Raul Jr.



Democratizar a cidade: os desafios da Engenharia

A poucos meses da realização do 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), que será realizado em Porto Velho, Rondônia, o *Jornal da Fisenge* dá início a uma série de matérias especiais sobre os temas do congresso. Nessa edição entrevistamos a arquiteta urbanista e professora titular da USP, Ermínia Maricato, que contribuiu para a criação do Ministério das Cidades; e o também arquiteto Kazuo Nakano, do Instituto Pólis, que falam sobre o modo de produção das cidades e seu processo de organização. Ambos apontam os desafios, as perspectivas e as possíveis soluções para as cidades sustentáveis.

Páginas 4 e 5

Fisenge promove seminário de negociação coletiva em Minas Gerais

Foi realizado entre os dias 31 de março e 02 de abril, o seminário Estrutura e Processo da Negociação Coletiva, em Minas Gerais. O evento foi uma parceria com o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e teve o objetivo de apresentar métodos, estratégias e táticas para atuação em mesas de negociação.

Página 6

Aumenta número de cursos à distância na Engenharia e entidades abrem debate

De acordo com informações do Ministério da Educação (MEC), já é quatro vezes maior o número dos cursos à distância na Engenharia. Este dado se coaduna com outra polêmica que o país tem vivido: o aumento da importação de engenheiros, justamente em um momento de desenvolvimento do País, no qual a Engenharia é estratégica.

Página 7

EDITORIAL

Chernobyl nunca mais

Terremotos e tsunamis varreram o Japão e grande parte da infraestrutura do país. O pânico ultrapassou as fronteiras nacionais com os acidentes na usina nuclear de Fukushima. A ameaça da radioatividade era real. A imagem de Chernobyl foi projetada do universo da memória para um mundo globalizado. Num cenário assustador tentava-se entender causas e conseqüências. Todos se perguntaram como trabalhar, em corações e mentes, de maneira positiva, o futuro da energia nuclear no mundo?

Gestores públicos ocupam consideráveis espaços na mídia para garantir que é um grande equívoco comparar a tragédia do Japão com o desastre da explosão na Ucrânia. Muitos alegam simplesmente que, no Japão, o que matou mais e, de fato, foi o maremoto e as casas que desabaram sobre a população. Autoridades japonesas garantem que a nuvem radioativa está sob controle.

O comprometimento, hoje, de muitos países de reavaliarem seus programas nucleares é mais do que previsível, mesmo sem protestos. O que aconteceu no Japão faz, no mínimo, crescer o debate em torno da proteção e da segurança das instalações dos reatores nucleares.

Enquanto o pesadelo do Japão acorda o medo de uma energia considerada imprescindível para o Planeta, o Brasil comemora as dimensões significativas das reservas de urânio e a provável liderança mundial do país na posse desse valioso recurso. Está em curso a proposta de ampla discussão sobre sua exploração, "similar àquela sobre as reservas de petróleo do pré-sal", segundo palavras do presidente da Eletrobras Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Caminhos razoáveis, desde que não se esqueça de que 20 anos depois, milhões de pessoas continuam a sofrer os danos, em todos os níveis, da maior catástrofe da história nuclear. Sabe-se que os efeitos da radioatividade só são conhecidos em longo prazo. O maremoto, de fato, provoca morte imediata. Com planejamento, tecnologia e gestão vamos conquistar o crescimento econômico e o desenvolvimento social sustentável, mas é preciso enfrentar o debate de que efeitos ainda são uma incógnita.

A Diretoria

Desenvolvimento do país em discussão no 9º Consenge



Falta pouco mais de cinco meses para o 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) e Rondônia já mobiliza o país para o evento. Quem confirmou participação no congresso, para a palestra magna, foi o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, atual presidente do diretório gaúcho do Partido dos Trabalhadores (PT). Para a tese sobre *Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento*, o professor titular da Universidade de São Paulo (USP) Ildo Sauer confirmou participação. Grandes nomes começam a marcar o Consenge, e a mobilização aumenta a cada dia. "Temos a expectativa de proporcionar maior integração dos profissionais às grandes questões nacionais. Rondônia está hoje no foco da Engenharia, haja vista a construção das usinas hidrelétricas", disse o presidente do Senge-RO, Jorge Luiz da Silva. De acordo com ele, Rondônia tem atraído muitos profissionais. "É preciso que haja uma visão mais ampla do processo, porque a Engenharia não só contribui para o desenvolvimento do Estado, mas para o desenvolvimento de todo o país", explicou. O 9º Consenge será realizado entre os dias 7 e 10 de setembro, em Porto Velho, Rondônia.

Jorge Hereda é o novo presidente da Caixa

Foi confirmado o nome do arquiteto Jorge Hereda para a presidência da Caixa Econômica Federal. Hereda deixa o posto de vice-presidente de Governo da Caixa e substituirá Maria Fernanda Ramos Coelho, que vai representar o Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Jorge Hereda nasceu em Salvador, é graduado em arquitetura pela Universidade Federal da Bahia e fez mestrado em arquitetura e urbanismo na Universidade de São Paulo (USP). No Estado de São Paulo, Hereda exerceu cargo de secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Diadema e foi secretário executivo do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Também assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Sustentado de Ribeirão Pires e a de Serviços e Obras, do município de São Paulo. No governo federal, Hereda foi secretário de Habitação do Ministério das Cidades, de 2003 a 2005.

Confira as eleições pelos sindicatos

Quatro sindicatos passarão por processo eleitoral em 2011. O primeiro deles é o Senge-PR, com a eleição marcada para os dias 17, 18 e 19 de maio, de acordo com editais publicados em jornais do Estado. O próximo sindicato a participar de processo eleitoral será o Senge-BA, com previsão para os dias 7 e 8 de julho e será realizada pela internet. Logo em seguida, virá o Senge-PB com pleito previsto para a segunda quinzena de julho e a posse da nova diretoria previamente agendada para o dia 1º de setembro. E, no final do ano, entre outubro e novembro, será a vez do Senge-ES.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente:** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro:** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário-Geral:** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR/RJ - **Diretor de Relações Sindicais:** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo:** Eduardo Medeiros Piazzera - SC - **Diretor Executivo:** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo:** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo Coordenador de Comunicação:** Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Camila Marins MTB: 47.474-SP; **Diagramação:** Stefano Figalo; **Tragem:** 3.000 exemplares; **Impressão:** Reproarte; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - E-mail: fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br



Senge-MG discute escassez de engenheiros no mercado brasileiro

A escassez de mão de obra na engenharia é tanto uma realidade quanto um mito. Essa foi a posição defendida por Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), durante o Fórum de Debates *Escassez de Engenheiros: Mito ou Realidade?*, realizado no dia 17 de março, pelo Senge-MG. Segundo Pochmann, para responder a essa pergunta é preciso levar em consideração alguns fatores. “Nós temos a realidade da escassez localizada em determinados setores da atividade econômica, em determinadas regiões, mas, ao mesmo tempo, também é um mito, porque não podemos dizer que estão faltando engenheiros para todas as áreas. Temos engenheiros sobrando, inclusive, em determinados setores”, afirmou.

Pochmann acredita que a Engenharia possui três problemas pontuais, todos ligados à questão da formação acadêmica dos profissionais. “A alta evasão escolar – somente 15% dos estudantes que entram na Engenharia conseguem se formar depois de 10 semestres –, o número insuficiente de vagas nas Engenharias nas universidades e o desvio de atuação dos engenheiros formados, dos quais 2/3 acabam atuando em outras áreas são alguns obstá-

culos enfrentados pela engenharia brasileira”, esclarece.

O presidente do Senge-MG, Raul Otávio Pereira, disse que são diversas as razões para a falta de engenheiros, entre elas os baixos salários. “Se não se tem remuneração adequada, falta engenheiro. Quando se tem remuneração adequada, não falta”, ratificou. Já Manuel Marcos Maciel Formiga, economista e especialista em Educação na Engenharia afirmou que não há falta de vagas nas faculdades – no ano passado sobraram 91 mil vagas na Engenharia. “O que acontece é que há alguma coisa errada no ensino e eu acredito que o problema esteja na qualidade dos cursos, no anacronismo do modelo de ensino e na forma equivocada como a Engenharia é apresentada, como curso e profissão”, pontuou. “Na Coreia, há 16,4 engenheiros para cada 10 mil habitantes, na Espanha são 6,53 engenheiros para cada 10 mil pessoas. No Brasil, este índice é de 1,95 engenheiro para cada 10 mil habitantes. É o menor índice entre 35 países pesquisados”, expôs o presidente do Confea, Marcos Túlio de Mello.

Já o presidente do Senge-PR, Valter Fanini, argumentou que a escassez de mão de obra é boa para os profissionais, uma vez que valoriza a profissão e aumenta os rendimentos, já que a demanda, por enquanto, é maior do que a oferta de engenheiros e engenheiras. “Obviamente essa discussão nasceu a partir da demanda da indústria que, nos últimos anos, teve que aumentar os salários dos engenheiros de modo geral. Houve um aumento em torno de 10% nos últimos cinco anos, e isso assusta o empregador. Ele não está acostumado a remunerar bem o engenheiro. Mas a escassez dos engenheiros é muito mais um mito”, acredita.

Alessandro Carvalho



Entidades debatem escassez de engenheiros e recente aumento da importação de profissionais

Fanini afirmou que sobram mais de 300 mil engenheiros no mercado e que eles procuram outras áreas de atuação por causa da desvalorização da Engenharia. “Os empresários têm que ter um pouco mais de paciência e deixar o mercado funcionar e eles terão a mão de obra qualificada de que eles precisam. Ele não pode se contrapor a esse avanço salarial dos engenheiros, imaginando que eles vão estabelecer um nível de oferta tão grande que anulará a demanda que está crescendo e que manterão os salários aviltados como eram”, defende.

Sindicatos filiados



CAPA

Construir cidades sustentáveis para democratizar a sociedade

A alguns meses da realização do 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, o *Jornal da Fisenge* dá início a uma série de matérias especiais sobre os temas do evento

O desafio está lançado: olhe pela sua janela e observe as cidades. Quem está dirigindo os carros? Os ônibus? Os transportes funcionam? Onde estão as escolas ou hospitais? Quais são as regiões de maior concentração de emprego? Quem mora nos centros da cidade ou próximo a eles? Quem está na periferia? E quanto ao respeito ao meio ambiente? Estas são questões complexas para serem explicadas, mas não para serem respondidas. Um processo histórico de falta de planejamento urbano e de desigualdade social pauta a organização das cidades. Enquanto isso, o direito à cidade é cada vez mais bombardeado pelos interesses do capital. Diante de um quadro tão desigual, é possível construir e promover cidades sustentáveis?

Não basta construir prédios e casas populares, se não há estrutura ambiental adequada; não bastam as rodovias e as pontes, se não se repensar a matriz de transporte. E é nesse ponto que a engenharia é estratégica: pensando, planejando e construindo cidades mais democráticas, questão em discussão no 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). O congresso acontecerá entre os dias 7 e 10 de setembro, em Porto Velho, Rondônia, e debaterá em uma das palestras o tema *Cidades Sustentáveis*, que será ministrada pela arquiteta e professora titular da Universidade de São Paulo (USP), Ermínia Maricato, que contribuiu para a criação do Ministério das Cidades.

“A cidade é um grande negócio, território essencialmente em disputa, que é expressão da sociedade. Vivemos em uma das cidades mais desiguais do mundo, mesmo na América Latina”, disse Ermínia, que também está coordenando a elaboração da tese para discussão entre os profissionais. No ano passado, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostrou que a região da América Latina e Caribe conti-

nua sendo a mais desigual do planeta. Dos 15 países do mundo nos quais a distância entre ricos e pobres é maior, 10 estão na América Latina e Caribe. No Brasil, o índice de Gini – que mede o nível de desigualdade – chega a 0,56, apontando o país como o terceiro pior índice.



Agência Brasil

A professora Ermínia Maricato é uma das palestrantes e coordenadora da tese, cujo tema é *Cidades Sustentáveis*

De acordo com o arquiteto urbanista do Instituto Pólis, Kazuo Nakano, a lógica do processo de produção das cidades é orientado por frações do mercado privado. “No Brasil a regra é: quem pode pagar, tem acesso às melhores terras. E essa orientação pode vir tanto do mercado formal de terra urbana e empreendedorismo imobiliário quanto do mercado informal, para uso inadequado da terra sem qualquer infraestrutura e destinado aos mais pobres”, explicou.

Direito à cidade significa acesso às políticas públicas e condições dignas de moradia. Não basta construir casas po-



Dados da ANTP apontam que, quando comparados a

pulares em locais distantes e também não é possível a entrega das terras à especulação imobiliária. “Para efetivar o direito à cidade, é preciso regulação, investimentos e política pública. É necessário planejar as formas de crescimento, impular regras e limites para o mercado de terra e investir para melhorar as condições. O modo de desenvolvimento urbano é uma questão política. A política pública é para corrigir as distorções do mercado”, avaliou Kazuo.

Cotidiano urbano

Quatro da manhã e ele já está de pé, toma café e se arruma para sair de casa

às 5h30. Daí pega um ônibus até uma estação de metrô; depois o metrô de superfície (ônibus). Se o trânsito permitir, às 7h15 ele chega à faculdade e às 13 horas embarca em uma nova jornada rumo ao estágio. Mais um ônibus e um metrô e seu horário de chegada é às 15 horas. Lá permanece até às 19 horas. Depois,

nharia é central nessa questão. Devido a determinados interesses, as cidades estão sendo conduzidas ao abismo. O modelo de mobilidade baseado na matriz rodoviária, especialmente no automóvel, por exemplo, e o relativo desprezo pelo transporte coletivo são, talvez, os de maior impacto”, apontou Ermínia Maricato.

Agência Brasil



o transporte coletivo, os automóveis são responsáveis por 83% dos acidentes e 76% da poluição

pega um metrô e mais um ônibus para, finalmente, chegar em sua casa após às 20 horas. Essa é a rotina do estudante de Publicidade, Rafael Manaia, 22 anos, que mora em Guadalupe, Zona Norte do Rio de Janeiro. Esse relato é o cotidiano de milhares de brasileiras e brasileiros.

“Geralmente não dá pra fazer nada em casa durante a semana. Até os trabalhos da faculdade eu realizo durante os fins de semana. Seria importante viabilizar outras rotas de acesso à Zona Sul, linhas diferentes que façam o mesmo trajeto (o que evita a dependência de uma única empresa) e a reestatização dos transportes públicos”, sugeriu Rafael. “A Enge-

Dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) apontam que, quando comparados ao transporte coletivo, os automóveis são responsáveis por 83% dos acidentes e 76% da poluição. O custo das horas de trabalhadores parados em trânsito congestionado pode atingir 10% do Produto Interno Bruto de uma metrópole, segundo pesquisa desenvolvida em 2008 pela Fundação Getúlio Vargas para São Paulo. “O automóvel é o fator urbano de maior impacto no aquecimento global, idem na qualidade do ar nas cidades, induz à ocupação espalhada do solo, é um dos maiores responsáveis pela impermeabilização do solo – causa principal

de enchentes–, atua como oposição ao transporte coletivo de massa, ao pedestre e à mobilidade baseada em veículos não motorizados, além de ser uma das maiores causas de morte ou incapacitação para o trabalho devido ao número de acidentes”, explanou Ermínia.

Outro ponto que é preciso destacar é a relação da reforma agrária com a democratização das cidades. Kanuo Nakano acredita que há uma relação imbricada entre os espaços rurais e urbanos. “As franjas das cidades apontam espaços periurbanos, ou seja, uma transição entre a cidade e o campo, os chamados cinturões verdes. Essa é uma ideia para encurtar o tempo de distribuição de alimentos, já que

“A cidade é um grande negócio, território essencialmente em disputa, que é expressão da sociedade. Vivemos em uma das cidades mais desiguais do mundo, mesmo na América Latina”, disse a arquiteta Ermínia Maricato

a população mais pobre é quem sofre com a limitação dos produtos”, ratificou.

Muitos são os conflitos e os desafios das cidades sustentáveis e muito há por fazer. “Não falta plano ou leis. Temos leis avançadíssimas, mas as cidades estão sob a orientação de uma coligação de interesses que não é social e muito menos pública. Por isso, encaminharemos para o 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros uma agenda de propostas para retomarmos e continuarmos no caminho rumo à reforma urbana com sustentabilidade”, concluiu Ermínia.

ORGANIZAÇÃO

Metodologia e prática para garantir um bom enfrentamento nas negociações



Simulação de mesa de negociação entre dirigentes sindicais e patrões

Estrutura e processo da negociação coletiva foi o tema do seminário promovido pela Fisenge – em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – entre os dias 31 de março e 02 de abril, em Sete Lagoas, Minas Gerais. Cerca de 30 sindicalistas participaram do evento que reuniu, além de conceitos, argumentação prática. “O seminário tem o objetivo de capacitar para atuação durante o processo de negociação e trazer a compreensão do papel do dirigente sindical como representante de um coletivo, além de apresentar métodos, estratégias e táticas, organização de reuniões, desfechos e monitoramento”, explicou o supervisor técnico do Dieese e economista, Cloviomar Cararine.

“Este já era um anseio da base e até mesmo para incentivar a saudável renovação do quadro de pessoas que participam das negociações. E durante o seminário, cada um pôde aliar teoria à prática, principalmente, no que tange ao comportamento diante de uma mesa de negociação”, pontuou o coordenador do seminário e diretor de relações sindicais da Fisenge, Fernando Elias Jogaib.

Mesmo quem nunca participou de uma mesa de negociação antes, pôde

treinar e representar todos os lados de uma mesa, durante a teatralização elaborada pelo Dieese, que colocou os donos das empresas de um lado, os sindicalistas do outro e os profissionais em mobilização. “Sou iniciante na área de negociação e pude entender que é im-

“Este curso representa uma oportunidade para que a mulher se capacite, ocupe os espaços e desenvolva aptidão para decidir em nome de um grupo”, afirmou a representante sindical no Crea-RJ, Cleude Pereira

portante saber ouvir, coordenar e, principalmente, ter conhecimento para defender a categoria com boa argumentação e técnica”, avaliou Júlio Cezar Silveira,

membro do Conselho Fiscal do Senge-SE, que está dando início a uma negociação com a prefeitura de Sergipe.

Já para quem tem experiência em negociações como o vice-presidente do Seagro-SC, Vlademir Gazoni, o seminário pautou a importância de uma metodologia concreta. “Precisamos nos preparar e nos organizar ainda mais para enfrentar as mesas de negociação, porque fica claro que o lado dos patrões vem mais organizado. Por isso, devemos nos instrumentalizar cada vez mais com metodologias sólidas e argumentação clara e convincente, além de maior organização dos trabalhadores”, disse Gazoni.

O presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt acredita que este foi um momento para agregar conhecimento tanto para os iniciantes quanto para os que já participam de negociações. “Este seminário abriu novos caminhos e trouxe motivação para os participantes em futuras negociações”, afirmou. Outro destaque foi a participação das mulheres com representantes de cinco estados do país: Márcia Nori e Silvana Marília Ventura (Senge-BA); Giucélia Araújo (Senge-PB); Cleude Pereira (Senge-RJ); Vera Lúcia Podgurski (Senge-PR); e Lorena Caroline de Oliveira (Senge-MG). “A mulher, geralmente, não é chamada para participar das negociações e considero este curso uma oportunidade para que ela também, se capacite para ocupar os espaços e, principalmente, desenvolva aptidão para decidir em nome de um determinado grupo”, concluiu a representante sindical no Crea-RJ, Cleude Pereira.

O curso é um desdobramento do Planejamento Estratégico da Fisenge e o segundo já realizado. O primeiro aconteceu em 2006, no Rio de Janeiro. Ao longo desta gestão (2008/2011) foram realizados diversos seminários com os temas: agricultura familiar, investimentos públicos e, na sequência, será realizado o Seminário de Gênero, em 29 de abril e para encerrar os cursos de formação promovidos por essa gestão, no dia 04 de agosto haverá um seminário sobre gestão sindical.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Aumento dos cursos de Engenharia à distância causa polêmica na categoria e nas entidades

Já é quatro vezes maior a quantidade de alunos de engenharia nos cursos à distância. Apenas no período de 2007 a 2009, o salto foi de 1.724 para 8.596, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). Além das aulas teóricas, os cursos oferecem uma vez ao mês uma aula prática em laboratórios presenciais. Essa informação vai na contramão do atual quadro da Engenharia brasileira. Isso porque anunciam uma possível escassez de engenheiros associada à importação de profissionais, justamente num momento de pleno desenvolvimento do país. No entanto, vale ressaltar que a importação busca qualificação profissional e a escassez é refletida em algumas áreas como, por exemplo, petróleo e gás.

“Essa tendência de cursos à distância, principalmente na graduação, é preocupante. Vai contra a ideia de uma formação qualificada dos profissionais para atender à demanda de um desenvolvimento sustentável. Precisamos avaliar os currículos dos nossos cursos e lutar por qualidade no ensino”, questionou o presidente do Crea-BA, Jonas Dantas. O presidente do Crea-PR, Álvaro Cabrini também acredita que a discussão principal deve ser a qualidade de ensino. “É necessário formarmos, no Brasil, profissionais plenos com um en-

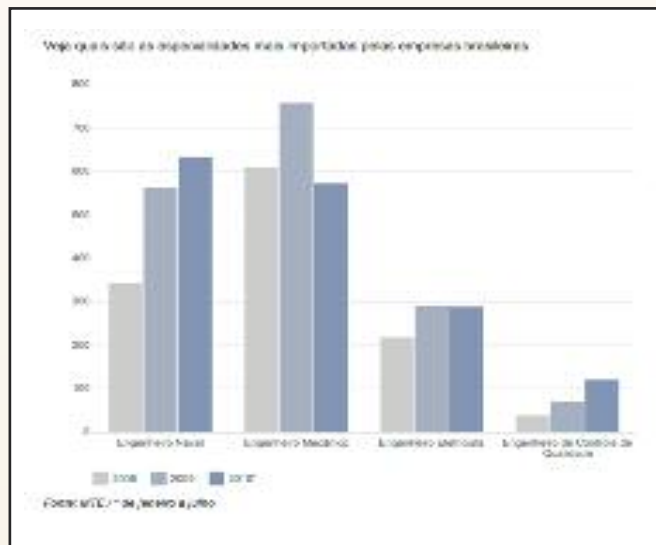
sino de qualidade e que saiam das escolas com a bagagem técnica-científica adequada para prestar um serviço ético e de qualidade para a sociedade”, afirmou.

O presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt concorda com a necessidade de investimento em formação profissional, melhorando o ensino nas universidades, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação, mas ele também aponta outra questão. “Muitos engenheiros que se formaram, migraram para outras áreas devido aos baixos salários praticados no mercado nos últimos anos. Urge a discussão sobre valorização profissional, com o objetivo de garantir a amplia-

ção do mercado e melhores remunerações”, completou Bittencourt.

O Brasil passa por um importante momento de desenvolvimento. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a economia equilibrada contribuem para um quadro positivo, além disso, as obras e os projetos que envolvem a Engenharia têm sido importantes propulsores para o desenvolvimento social. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2020, o Brasil terá 1,5 milhão a 1,8 milhão de engenheiros. O estudo ainda propõe como soluções de curto prazo para a escassez de mão de obra qualificada o aumento de salários, a retenção dos profis-

sionais em vias de se aposentar, o retorno dos já aposentados para reduzir o problema da falta de experiência, a capacitação e o treinamento. Já para as medidas de longo prazo, o destaque foi para o investimento em educação, com políticas de ampliação da oferta no sistema educacional e a garantia de formação básica com qualidade, a fim de aumentar o número de jovens aptos para o ensino superior e o mercado de trabalho.



Prática como critério

O Crea-BA lançou em 14 de fevereiro um manifesto sobre os cursos de engenharia à distância, no qual considera que a Engenharia é essencialmente prática; e que o grande problema que o país vai enfrentar diante da escassez de profissionais de Engenharia não é pela falta destes, mas pela baixa qualidade do ensino. E, por tudo isso se manifesta contrário a essa modalidade de ensino na Engenharia: “Estes cursos não irão contemplar os conteúdos teórico-prático e laboratorial, atividades essenciais para os cursos de Engenharia, refletindo negativamente na credibilidade da profissão e no desenvolvimento sustentável do país, no estímulo à pesquisa, ciência e tecnologia, colo-

cando o país numa condição subalterna, comprometendo a soberania nacional”, diz trecho do manifesto que pode ser lido na íntegra no site do Crea-BA.

Um curso de engenharia à distância pode custar menos que a metade de um curso presencial. Dados do MEC apontam um crescimento de 67% de busca por cursos presenciais de Engenharia, no período de 2004 e 2009. “Acredito que os profissionais formados pelo ensino à distância terão dificuldades de ingressar no mercado, já que a demanda por profissionais qualificados é cada vez maior. É fundamental que o Confea faça intervenções junto ao MEC, de modo a impedir esses cursos”, finalizou

ENTREVISTA MÁRIO SÉRGIO CORTELLA



“Relações sociais são o mesmo que a política”, disse Mário Sérgio Cortella

*É cada vez maior o processo de desqualificação da política, haja vista os inúmeros casos de corrupção, notícias sobre escândalos e a instituição de uma filosofia individual de compreender e agir no mundo. No entanto, a política vai além do parlamento, ela representa a contribuição do indivíduo em distintos espaços coletivos. A grande questão da sociedade contemporânea é exatamente essa: como envolver homens e mulheres na política cotidiana de transformação social e transpor esse processo de saturação? Partindo desta e de outras indagações, Mário Sérgio Cortella e Renato Janine promovem um debate inspirador no livro “Política para não ser idiota”. Com o objetivo de desvendar tais questões, o **Jornal da Fisenge** entrevistou o filósofo e professor-titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mário Sérgio Cortella.*

A política pode ser tratada no cotidiano das pessoas ou lidamos com uma certa “rejeição” e até mesmo banalização da população às diferentes formas de organização?

Há um desprezo pela ideia de “política”, pois é identificada quase sempre com “política partidária” ou “política profissional”, isto é, com uma de suas formas; como essas formas mais conhecidas são objeto de acusações e desconfianças, qualquer outra forma de entender o conceito fica prejudicada. Dessa forma, é preciso entender cada vez mais que “política” é toda e qualquer ação e reação no interior de nossa convivência em so-

cidade, seja ela qual for, no tamanho que tiver; afinal, o termo “polis” indica na origem um ajuntamento de muitos em um lugar, ou seja, uma comunidade ou cidade.

A que se deve o fato da sociedade se interessar cada vez menos pela política?

O desinteresse vem especialmente da dificuldade em se ultrapassar a noção de política como algo para além das relações com governos ou legisladores; desse modo o melhor estímulo é sempre lembrar a antiga frase: “os ausentes nunca têm razão”. Se você ou eu, em uma sociedade, nos recusamos a decidir algo ou nos omitimos, alguém por nós decidirá.

Qual a importância da política nas relações sociais?

Relações sociais são o mesmo que a política; se houvesse no mundo apenas uma única pessoa, relações pessoais não existiriam e, claro, nem a política. Como a política lida com a forma como vivemos juntos, repartindo poder e decisões sobre nós mesmos, as relações sociais são o veículo que transporta os ideais políticos que podem, por oposição, estar apoiados no individualismo (cada um por si e Deus por to-

dos) ou no solidarismo (um por todos e todos por um).

Qual a importância da participação dos jovens na política? Como envolvê-los nesse processo?

Quando tiramos dos jovens a percepção de que “política” é algo menos nobre e a inserimos no âmbito de uma vida pessoal que se queira consciente e autônoma e decisiva em meio aos demais, ela ganha substância positiva. Para envolvê-los mais é necessário limpar o conceito daquilo que nele, de fato, suspeita-se de imundície e partilhar experiências no campo da arte, da ecologia, da profissão, da arte, da ciência, da religião, que sustentem a proteção ao futuro coletivo; convença-se com o exemplo.

Qual o papel da educação no processo de conscientização?

Educação se dá em todas as instituições sociais, a começar da família, da mídia, das organizações laborais e, também da escola. Embora escola faça escolarização (que é um pedaço da educação), esta precisa direcionar seus conteúdos para um esclarecimento dos conceitos de convivência e responsabilidade, de modo a garantirmos uma formação menos reducionista e alienante.

“Educação se dá em todas as instituições sociais, a começar da família, da mídia, das organizações laborais e, também da escola”, pontuou o filósofo Mário Sérgio Cortella.